



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026

LICITAÇÃO AMPLA PARTICIPAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL ITIRAPUÃ torna público para conhecimento dos interessados que na Sala de Licitação e Contratos, localizada na Rua Dozito Malvar Ribas, 5000, Itirapuã – SP, CEP 14.420-000, será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** através do sistema de Registro de Preços, o qual será processado de acordo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 1.245/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	Pregão Eletrônico - SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS)
Credenciamento/Início do Cadastro das Propostas	26/05/2026 até às 08:30h (horário de Brasília)
Abertura das Propostas/Início dos lances	26/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)
Pregoeiro(a)	SR.(a) Ariane Gambeta Ferreira Costa
Critério de Julgamento/Adjudicação	<input type="checkbox"/> Menor Preço por item
Modo de Disputa	<input type="checkbox"/> Aberto
Benefícios ME/EPP	<input type="checkbox"/> Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência
Permitida a participação de consórcio	<input type="checkbox"/> Sim
Garantia de proposta (art. 58 da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> Não
Valor Estimado da Contratação	R\$354.273,10
Sistema Eletrônico	www.licitanet.com.br
Pedidos de esclarecimentos e impugnações	Conforme Item 20 do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

1. DO OBJETO (Art. 92, I e II da Lei nº 14.133/2021)

1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O Pregão Eletrônico terá início, em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.4.1 As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta da Ata de Registro de Preços conforme **Anexo VIII** deste edital.

2. DO PREÇO

2.1. Estima-se o valor global desta licitação em R\$354.273,10 (trezentos e cinquenta e quatro reais e duzentos e setenta e três reais e dez centavos), com base nos parâmetros de aceitabilidade dispostos no ANEXO I.

2.2. Os valores indicados no ANEXO I - correspondem à média dos preços praticados no mercado e foram apurados para efeito de estimar-se o valor do objeto desta licitação, não vinculando as concorrentes, que poderão adotar outros que respondam pela competitividade e economicidade de sua proposta, atendidos os atos e critérios de julgamento estabelecidos neste ato convocatório.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas com a contratação dos serviços correrão pelas seguintes dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente:

02.01.04 – Departamento de Assistência Social

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 019

Recurso Próprio

02.01.01 – Gabinete do Prefeito

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 004

Recurso Próprio

02.03.01 – Ensino Pré Escolar

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 57

Recurso Próprio

02.03.02 – Ensino Fundamental



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 77

Recurso Próprio

02.03.03 – Ensino Fundamental Convênios

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 085

Recurso Federal

02.05.02 – Serviços Urbanos

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 104

Recurso Federal

02.05.04 – Limpeza Pública

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 124

Recurso Próprio

02.06.01 – Fundo Municipal de Saúde Próprios

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 133

Recurso Próprio

02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde PAB Fixo Federal

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 142

Recurso Federal

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. **PODERÃO PARTICIPAR** deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br

4.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da www.licitanet.com.br através de manifestação de operador formalmente designado.

4.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a (plataforma) ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O licitante se compromete a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- 4.5.1. responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 4.5.2. acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;
- 4.5.3. comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

4.6. No caso de dúvida quanto à utilização da ferramenta (plataforma) utilizar o suporte técnico através do telefone (34) 2512-6500, ou através da (plataforma) ou pelo e-mail contato fornecedor@licitanet.com.br

4.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.10. SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO:

- a) De pessoas jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 156, IV da Lei nº 14.133/2021;
- b) De pessoas jurídicas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração de Itirapua nos termos do artigo 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021, em conformidade com a Súmula 51 do TCE/SP;
- c) De pessoas jurídicas que estiverem sob processo de falência, judicialmente decretada;
- d) De quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- e) De pessoa jurídica cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) De pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionam no País;
- g) De entidades e associações do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil - OSC, atuando nessa condição.
- h) De agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- i) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.



4.11. Será permitida a participação de empresas em consórcio, sujeita às seguintes regras:

- a) As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o Município de Itirapuã/SP, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;
- b) Apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico-financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico-financeira;
- c) As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;
- d) As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução contratual;
- e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do ajuste contratual decorrente da licitação.
- f) A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Prefeitura de Itirapuã/SP e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

4.12. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no item 9 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

5.6.1. Quando houver item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 e 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e neste Edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



5.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.12.2. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total item;

6.1.2. Marca (apenas para os industrializados ou processados);

6.1.3. Fabricante (apenas para os industrializados ou processados);

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhes assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.



6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou Tribunal de Contas da União, quando se tratar de recursos federais e, após o devido processo legal, gerar as consequências contidas no item 18 deste edital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$0,01 (um centavo).

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de, pelo menos, 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o



caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Cadastro de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

8.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.6 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.6.1. Contiver vícios insanáveis;
- 8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto no art. 87 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, inciso I da Lei Federal n.º 14.133/2021).

9.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.8. A habilitação será verificada observando-se a apresentação dos documentos por ele exigidos.

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.10. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, contadas da solicitação do pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período, mediante deferimento deste.

9.10.1. A verificação da documentação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e, apenas, do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei Federal n.º 14.133/21, art. 64);

9.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, a equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.10.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

I - JURÍDICA

A documentação relativa à habilitação jurídica da empresa, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto licitado, consistirá em:

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) No caso de MEI, deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) e cópia de documento oficial com foto do microempreendedor;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- d) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- e) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) Certidão ou ficha cadastral da Junta Comercial, da sede da licitante, comprovando a qualidade de ME, EPP ou MEI. (Esse documento é obrigatório apenas para ME/EPP/MEI);
- h) Alvará de Localização e Funcionamento expedido pelo município sede da empresa, conforme legislação vigente, com validade na data da apresentação.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

A documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista consistirá em:

- a) **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal** que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal, referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, não havendo necessidade de apresentação de Certidão emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.
- d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, relativa à débitos inscritos em dívida ativa, do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, emitida pela Procuradoria da Fazenda Estadual.
- e) **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS** através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
- f) **Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho**, que deverá ser comprovada através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal n.º 12.440, de 2011.

III - A licitante devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal e/ou trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

IV - O prazo para regularização fiscal e/ou trabalhista será contado a partir da adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e homologação o procedimento licitatório.



V - A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

VI - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

De forma a demonstrar a prova de Qualificação Econômico-Financeira, os licitantes deverão apresentar:

- a) **Certidão negativa de falência**, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.
- b) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

VII - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovar a capacitação, através de no mínimo 01 Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em favor da licitante, compatível em características com o objeto da licitação.

VIII - OUTRAS COMPROVAÇÕES:

Declaração de que não emprega menores de 18 anos (ANEXO IV);
Declaração concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação no Pregão Eletrônico. (ANEXO VII);
Declaração de ME/EPP (ANEXO VI);
Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação. (ANEXO III);
Declaração de autenticidade (ANEXO V).

Declaração da licitante, que se vencedora da licitação, conforme o caso terá condições de apresentar, como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preços os documentos indicados no Anexo I - termo de referência.

9.16. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.16.1. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

- a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.
- b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar n.º 123/06)
- c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

e) Se o licitante desatender às exigências para a habilitação, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

9.16.2. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei e, na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.16.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três)



dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.itirapua.sp.gov.br

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. A convocação se dará por meio da plataforma eletrônica www.licitanet.com.br

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará e adjudicará o objeto ao vencedor, podendo revogar a licitação nos termos do artigo 71, IV da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

12.1.1. O certame apenas será homologado/adjudicado para as pessoas jurídicas que atuarem no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

12.2. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

12.3. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

12.4. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

12.5. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital como ANEXO VIII.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA VIGÊNCIA

13.1. Quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.2. A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, sendo que este disposto se aplica inclusive aos licitantes remanescentes, que não aceitarem a convocação, sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração Pública (§ 5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021).

13.3. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital como ANEXO VIII.

13.3.1. Se por ocasião da formalização da Ata de Registro de Preços, as certidões de regularidade de débito do(s) adjudicatário(s) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional (Receita Federal), estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

13.3.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informação, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

13.3.3. Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 13.3 ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, serão convocados, pela ordem de classificação das propostas, os demais licitantes classificados, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções ao licitante faltante.

13.4. O adjudicatário deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer para assinar a Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, conforme o art. 90 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

13.5. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal e/ou trabalhista tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, a regularidade fiscal e trabalhista, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena da contratação não se realizar, decaindo o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.5.1. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido neste edital.

13.5.2. Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

13.5.3. A Administração poderá obrigar a Detentora da Ata a corrigir ou substituir, à suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se verificar incorreções relacionadas à quantidade e qualidade dos serviços contratados.

13.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 com as consequências indicadas no art. 139 da referida Lei, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

13.7. PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da presente licitação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.8. DO REAJUSTE: Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

13.8.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

13.8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.8.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após o encerramento da fase de habilitação, os licitantes remanescentes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante vencedor, formando o cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

14.1.1. Se houver mais de um licitante, reduzindo seu preço, para figurar como cadastro de reserva, eles serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

14.1.2. Os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.1.3. Se o licitante que aceitar reduzir seu preço for microempresa ou empresa de pequeno porte, mesmo que o licitante mais bem classificado tenha sido uma empresa de grande porte, não haverá desempate ficto, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se a diferença original, antes da redução para o cadastro de reserva, for superior ao percentual legal.

14.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 1.245/2024;
- c) no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 14.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 14.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- 15.1.1. descumprir as condições do edital e da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 15.1.2. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 15.1.3. deixar, injustificadamente, de assinar o contrato, retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

15.2 O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, desde que devidamente justificado, nas seguintes hipóteses:

- 15.2.1. por razão de interesse público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

15.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior ou,
15.2.3 se não houver êxito nas negociações com o cadastro de reserva.

15.3 A ata de registro de preços poderá ser rescindida nas hipóteses previstas para a rescisão dos contratos em geral.

16. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

16.1. As entregas dos itens deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, sito à Dozito Malvar Ribas, 5000, Centro, Itirapuã/SP – CEP 14420-000, de segunda à sexta-feira das 08:00 às 16:00.

16.2. O prazo de entrega dos produtos será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

16.3. A DETENTORA DA ATA deverá entregar os produtos em suas embalagens originais, contendo indicação de marca, prazo de validade, quantidade.

16.4. A Nota Fiscal apresentada pela empresa DETENTORA DA ATA deverá, necessariamente, conter a descrição completa dos produtos entregues e ser compatíveis com as descrições constantes neste Termo de Referência.

Obs. As empresas contratadas que desrespeitarem os itens acima serão notificadas, sob pena de aplicação das sanções administrativas cabíveis conforme legislação vigente.

16.5. Em caso de não aceitação do objeto deste pregão, fica a detentora da Ata obrigada a substituí-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação a ser expedida pela contratante ou imediatamente, sob pena de incidência nas sanções capituladas no item 18 e subitem deste edital.

16.6. O objeto do contrato ou do instrumento equivalente será recebido: (Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021)

I - em se tratando de obras e serviços:

- a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

II - em se tratando de compras:

- a) receber **provisoriamente**, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- b) receber **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

16.7. O objeto do contrato ou do instrumento equivalente poderá ser rejeitado no todo ou em parte, quanto estiver em desacordo.



17. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS (Art. 92, V e VI da Lei 14.133/2021)

17.1. Os pagamentos serão feitos em favor do licitante vencedor, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, mediante depósito bancário, após a realização dos serviços no mês anterior, acompanhados da Nota Fiscal/Fatura, a qual será conferida e atestada pelo Diretor de Transportes, levando em conta os termos do Anexo I deste Edital (Termo de Referência).

17.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

17.3 - Quando da emissão da nota fiscal/fatura, a DETENTORA DA ATA deverá destacar o valor das retenções dos tributos cabíveis ou, se for o caso, apresentar declaração nos termos da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal vigente em vigor.

17.4. Correrão por conta da licitante vencedora todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da realização dos serviços.

17.5. O pagamento será feito através de crédito em conta corrente cujos dados bancários deverão ser fornecidos pela DETENTORA DA ATA.

17.6. A contratante pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à licitante vencedora, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

17.7. A empresa licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

17.8. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à Prefeitura.

17.9. Juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a empresa deverá apresentar certidões com vistas a comprovar a situação de regularidade com a Fazenda Federal, FGTS, CNDT e Fazenda Municipal Mobiliária.

18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021)

18.1. Comete infração administrativa a Detentora da Ata que praticar qualquer uma das condutas elencadas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato ou da ata de registro de preços;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato ou da ata de registro de preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

- c) dar causa à inexecução total do contrato ou da ata de registro de preços;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

18.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima deste edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h, i, j, k e l do subitem acima deste edital, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

18.2.4. Multa:

a) moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

18.2.5. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

18.2.6. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º da Lei nº 14.133/2021).

18.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº 14.133/2021).

18.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a Detentora da Ata, além da perda desse valor, a diferença



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

18.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

19. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO (Art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

19.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

19.2. O Fiscal da Ata de Registro de Preços deverá ser designado pela autoridade competente, através de documento formal, onde deverá conter as informações do objeto a ser fiscalizado, suas obrigações como fiscalizador, e, principalmente campo próprio para assinatura de concordância com a designação do servidor que fará atuação de fiscal do contrato (§ 3º, Art. 8 da Lei nº 14.133/2021)

19.2.1. Preferencialmente o fiscal a ser designado deverá conhecer do serviço a ser executado, dispor de compatibilidade com as atribuições, conhecer da complexidade do serviço a ser executado, quantitativos e regras constantes deste instrumento.

19.2.2. O fiscal da Ata de Registro de Preços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

19.3. O fiscal da Ata de Registro de Preços informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

19.4. O fiscal da Ata de Registro de Preços poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO (Art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

20.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão, indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.

20.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- I - Termo de Referência;
- II – Modelo de proposta;
- III - Declaração de pleno atendimento aos requisitos para habilitação;
- IV - Declaração de que não emprega menores de 18 anos;
- V - Declaração de autenticidade;
- VI - Declaração de ME/EPP;
- VII - Declaração concordância com os termos do edital e da não ocorrência de fatos impeditivos à participação no Pregão Eletrônico
- VIII - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- IX - Termo de ciência e de notificação;
- X – Termo de consentimento para tratamento de dados pessoais;

Itirapuã/SP, 08 de maio de 2026.

Gerson Luiz Alves
Prefeito Municipal



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 015/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente processo licitatório é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A realização de processo de licitação para aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público de proceder-se a aquisição de **MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO** para atendimento de diversos setores da Administração.

2.2. Além do mais, a higiene pessoal é um fator crucial para a saúde e o bem-estar das crianças, especialmente durante a primeira infância, fase em que o sistema imunológico ainda está em desenvolvimento. As creches, como ambientes de convívio social intenso, exigem atenção redobrada à higiene para prevenir a proliferação de germes e doenças.

3. DOS ITENS E SUAS DESCRIÇÕES E RESPECTIVOS VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	ABSORVENTE HIGIÊNICO. DE USO EXTERNO NOTURNO; PACOTE COM 8 UNIDADES; COMPOSTO DE FIBRAS DE CELULOSE, ADESIVO TERMOPLÁSTICO; POLÍMERO ACRÍLICO, POLIETILENO, POLIPROPILENO; ESPESSURA: FINO; FLUXO INTENSO; LONGO; COM ABAS, COM GEL, COM ADERÊNCIA	PCT	10	R\$ 5,63	R\$ 56,30
2	ALGODÃO HIDRÓFILO. COR BRANCA; BOA ABSORÇÃO, MACIO E INODORO; EM MANTA COM ESPESSURA UNIFORME E COMPACTA; COM ESPESSURA ENTRE 1,0 E 1,5 CM; EM PAPEL APROPRIADO; O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADO DE FORMA A GARANTIR SUA INTEGRIDADE; A APRESENTAÇÃO DO PRODUTO DEVERÁ OBEDECER À LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	30	R\$ 18,72	R\$ 561,60
3	ALGODÃO HIDRÓFILO. ALGODÃO HIDRÓFILO EM BOLA, BRANCO, PACOTE COM 100G.	PCT	100	R\$ 6,56	R\$ 656,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

4	BICO DE MAMADEIRA ORTODÔNTICO SILICONE. SERVE PARA A MAMADEIRA NATURAL DE 250ML. TAMANHO 02, IDEAL PARA BEBES ACIMA DOS 06 MESES DE IDADE. TAMANHO DO FURO M, IDEAL PARA LÍQUIDOS POUCO CONSISTENTES, COMO LEITE. POSSUI FORMATO ORTODÔNTICO (ACHATADO) PRODUZIDO COM 100% SILICONE.	UNID	40	R\$ 17,99	R\$ 719,60
5	CHUPETA EM SILICONE, BICO FORMATO ANATÔMICO (ORTODÔNTICO), ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: • PRODUZIDA 100% EM SILICONE MACIO E FLEXÍVEL, NÃO MACHUCA, POIS POSSUI FORMATO ANATÔMICO E CÔNCAVO. • NÃO POSSUI PARTES REMOVÍVEIS. • CERTIFICADA PELO INMETRO. • NÃO CONTÉM BISFENOL-A (BPA FREE)	UNID	40	R\$ 6,45	R\$ 258,00
6	CREME PARA CABELO; TIPO CONDICIONADOR; TODOS OS TIPOS DE CABELOS, USO INFANTIL. ESSÊNCIA, ÁGUA, METOSSULFATO DE BEHENYL TRIMETIL, AMÔNIO, ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO, CICLOMETICONE, CLORETO DE HIDROXIETIL, BEHENAMIDOPROPYL, POLISSORBATO 20, EDTA DISSÓDICO. PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA, 200ML, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNID	80	R\$ 22,78	R\$ 1,822,40
7	CREME PARA PENTEAR CABELO INFANTIL SEM EMBARAÇO, FRASCO DE 300ML, CREME PARA PENTEAR SEM EMBARAÇO, SEM ENXÁGUE, NOTAS DE CAMOMILA E LAVANDA, PERFUME DELICADO E MARCANTE AO MESMO TEMPO, TODOS OS TIPOS DE CABELO. TESTADO POR DERMATOLOGISTAS. COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNID	40	R\$ 13,23	R\$ 529,20
8	CURATIVO ADESIVO TRANSPARENTE, CX COM NO 40 UNI, TEM A FUNÇÃO DE PROTEGER O MACHUCADO, INDICADO PARA ACELERAR A CICATRIZAÇÃO EM FERIMENTOS EXPOSTOS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	CX	30	R\$ 5,81	R\$ 174,30
9	ESCOVA DENTAL ADULTO COM CERDAS EXTRAS MACIAS; NA COR AZUL; TIPO COMUM; MODELO ANATÔMICO; FUNCIONAMENTO MANUAL; EMBALAGEM APROPRIADA QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA 1480/90 E 97/96 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	UNID	200	R\$ 1,22	R\$ 244,00
10	ESCOVA DENTAL INFANTIL COM CERDAS EXTRA MACIAS; NA COR AMARELA; TIPO	UNID	350	R\$ 2,67	R\$ 934,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	COMUM; CABEÇA PEQUENA MEDINDO ENTRE 17 E 20 MM; MODELO COM APROXIMADAMENTE 28 TUFOS DE CERDAS; FUNCIONAMENTO MANUAL; COMPRIMENTO MÍNIMO 15 CM. COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.				
11	ESPONJA PARA BANHO INFANTIL COM FORMATO DE BICHOS , MEDIDAS APROXIMADAS: 12CM X 8CM X 2,5CM MATERIAL: ESPONJA SINTÉTICA MACIA.	UNID	100	R\$ 11,42	R\$ 1.142,00
12	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO XXG FORMATO ANATÔMICO ; TAMANHO XG/XXG; NÃO TÓXICO; COMPOSIÇÃO INTERNA DE FIBRA DE CELULOS, POLIETILENO, POLIPROPILENO; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 13 CM; LARGURA MÍNIMA DE 21 CM; COBERTURA EXTERNA IMPERMEÁVEL; CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA; PESO DO USUÁRIO DE 12 A 17 KG; MEDIDA DA CINTURA DO USUÁRIO DE ELÁSTICO NA CINTURA; ADESIVO EM TERMO PLÁSTICO DE POLIPROPILENO; POLÍMERO SUPER ABSORVENTE; ELÁSTICO NAS PERNAS; EMBALADO EM FILME DE POLIETILENO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº 1480/90, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMS Nº. 36/2004, DO INMETRO REFERENTE À ROTULAGEM.	PCT	80	R\$ 34,21	R\$ 2.736,80
13	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL M , FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL; FORMATO ANATÔMICO; TAMANHO MÉDIO, PACOTE COM 28 UNIDADES; NÃO TOXICO; COMPOSIÇÃO INTERNA DE FIBRA DE CELULOSE, POLIETILENO, POLIPROPILENO, DERMACREM; COBERTURA DE EXTERNA IMPERMEÁVEL; CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA; PESO DO USUÁRIO DE 6 A 9,5 KG; ADESIVO EM TERMOPLÁSTICO DE POLIPROPILENO; CAMADA DE EXTRA ABSORÇÃO; ELÁSTICO NAS PERNAS; FITAS ADESIVAS REGULÁVEIS P/ FIXACAO,SISTEMA ABREE FECHA SEM PERDA DE ADERÊNCIA; COM 2 FITAS; BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO; ABSORÇÃO MÍNIMA DE FLOCOS DE SUPER ABSORÇÃO; EMBALADO EM FILME DE POLIETILENO; COM VALIDADE MÍNIMA DE COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DA ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE; ATENDENDO A ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº36/2004 DO INMETRO	PCT	100	R\$ 26,32	R\$ 2.632,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	REFERENTE A ROTULAGEM; PACOTE COM 28 UNIDADES.				
14	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO G FORMATO ANATÔMICO ; TAMANHO G; NÃO TÓXICO; COMPOSIÇÃO INTERNA DE FIBRA DE CELULOSE, POLIETILENO, POLIPROPILENO; COBERTURA DE EXTERNA IMPERMEÁVEL; CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA; PESO DO USUÁRIO DE 9 A 12,5 KG; ADESIVO EM TERMO PLÁSTICO DE POLIPROPILENO; POLÍMERO SUPER ABSORVENTE; ELÁSTICO NAS PERNAS; FITAS ADESIVAS REGULÁVEIS PARA FIXAÇÃO; COM 2 FITAS; BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO; EMBALADO EM FILME DE POLIETILENO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. PACOTE COM 28 UNIDADES.	PCT	100	R\$ 26,98	R\$ 2,698,00
15	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO GG FORMATO ANATÔMICO ; TAMANHO GG; NÃO TÓXICO; COMPOSIÇÃO INTERNA DE FIBRA DE CELULOSE, POLIETILENO, POLIPROPILENO; COBERTURA DE EXTERNA IMPERMEÁVEL; CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA; ADESIVO EM TERMO PLÁSTICO DE POLIPROPILENO; POLÍMERO SUPER ABSORVENTE; ELÁSTICO NAS PERNAS; FITAS ADESIVAS REGULÁVEIS PARA FIXAÇÃO; COM 2 FITAS; BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO; EMBALADO EM FILME POLIETILENO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº. 1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº. 36/2004, DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM. PACOTE COM 32 UNIDADES.	PCT	80	R\$ 53,25	R\$ 4.260,00
16	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL TAMANHO P, FORMATO ANATÔMICO ; TAMANHO P; NÃO TÓXICO; COMPOSIÇÃO INTERNA DE FIBRA DE CELULOSE, POLIETILENO, POLIPROPILENO; COBERTURA DE EXTERNA IMPERMEÁVEL; CAMADA INTERNA ANTIALÉRGICA; PESO DO USUÁRIO DE 3,5 KG E 7,5 KG ADESIVO EM TERMO PLÁSTICO DE POLIPROPILENO; POLÍMERO SUPER ABSORVENTE; ELÁSTICO NAS PERNAS; FITAS ADESIVAS REGULÁVEIS PARA FIXAÇÃO; COM 2 FITAS; BARREIRAS LATERAIS ANTIVAZAMENTO; EMBALADO EM FILME DE POLIETILENO; COM VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS A CONTAR DA	PCT	80	R\$ 27,73	R\$ 2.218,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	DATA DE ENTREGA; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A PORTARIA Nº1480/90 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, ATENDENDO A RESOLUÇÃO GMC Nº36/2004 DO INMETRO REFERENTE A ROTULAGEM DA MELHOR QUALIDADE. 62 UNIDADES.				
17	GARRAFA TERMICA PARA CAFÉ INOX 1,8L GARRAFA TÉRMICA. BOMBA DE PRESSÃO; COM ALÇA; REVESTIDA EM AÇO/ INOX FOSCO; AMPOLA DE VIDRO; SISTEMA QUE EVITA PINGOS.	UNI	30	R\$ 121,36	R\$ 3.640,80
18	HASTES FLEXÍVEIS COTONETES COM PONTAS DE ALGODÃO – ANTIGERME – CAIXA COM 75 UNIDADES COMPOSTO POR PONTAS DE 100% DE ALGODÃO, ANTIGERME E HASTE DE BAMBU. CAIXA CONTENDO 75 UNIDADES, DEVENDO CONSTAR DADOS DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	CX	100	R\$ 2,65	R\$ 265,00
19	LENÇO UMEDECIDO PARA HIGIENE HIGIENIZAÇÃO INFANTIL; CONFECCIONADO EM FIBRA SINTÉTICA RESISTENTE E FLEXÍVEL; MEDINDO 18 CM DE COMPRIMENTO X 12 CM DE LARGURA, PODENDO VARIAR EM (+4 CM); COMPOSTO DE ÁGUA, LANOLINA, COCA MIDOPROPI1, PROPILENOGLICOL, METILPARABENO, ÁCIDO CÍTRICO; FRAGRÂNCIA, ISENTA DE QUALQUER COMPONENTE ALCOÓLICO; NÃO ESTÉRIL; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA; EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO. COM NO MÍNIMO DE 99 UNIDADES COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	PCT	400	R\$ 15,44	R\$ 6.176,00
20	LIXEIRA PLÁSTICA TELADA SEM TAMPA 10 L	UNI	30	R\$ 6,82	R\$ 545,60
21	LOÇÃO HIDRATANTE INFANTIL SUAVE, VOLUME DA UNIDADE: 200 ML. FORMATO DO PRODUTO: CREME. FUNÇÃO HIDRATANTE. É HIPOALÉRGICO. PRODUTO DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. SEM CORANTES, PARABENOS, PH NEUTRO COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA,	UNI	50	R\$ 20,95	R\$ 1.047,50
22	LUVA DESCARTAVEL EM POLIETILENO, DE VINIL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL, 18MICRONS, TRANSPARENTE, AMBIDESTRA, TAMANHOS M, CAIXA COM 100 UNIDADES ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: LUVA DESCARTAVEL; EM POLIETILENO; COM ESPESSURA 18 MICRONS; NA	CX	100	R\$ 21,99	R\$ 2.199,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	COR TRANSPARENTE, MODELAGEM AMBIDESTRA; ESTERILIZACAO POR COBALTO RAO GAMA; COM VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES DA DATA DA ENTREGA; CARACTERÍSTICAS: *NÃO ESTÉRIL. *FABRICADA EM VINIL NATURAL. *AMBIDESTRA. *APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (C.A). *LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. *ATÓXICA E APIOGÊNICA. *DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. *CAIXA COM 100 LUVAS (50 PARES). COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA				
23	LUVA DESCARTAVEL EM POLIETILENO, DE VINIL , COM PÓ BIOABSORVÍVEL, 18MICRONS, TRANSPARENTE, AMBIDESTRA, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA: LUVA DESCARTAVEL; EM POLIETILENO; COM ESPESSURA 18 MICRONS; NA COR TRANSPARENTE, MODELAGEM AMBIDESTRA; ESTERILIZACAO POR COBALTO RAO GAMA; COM VALIDADE DE NO MINIMO 06 MESES DA DATA DA ENTREGA; CARACTERÍSTICAS: *NÃO ESTÉRIL. *FABRICADA EM VINIL NATURAL. *AMBIDESTRA. *APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (C.A). *LUBRIFICADA COM PÓ BIO- ABSORVÍVEL. *ATÓXICA E APIOGÊNICA. *DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO. *CAIXA COM 100 LUVAS (50	CX	100	R\$ 21,27	R\$ 2.127,00
24	ÓLEO CORPORAL INFANTIL FRAGÂNCIA SUAVE , ÓLEO BEBÊ TRADICIONAL 100ML. DE MELHOR QUALIDADE, LIVRE DE CONSERVANTES, CORANTES E ÓLEOS MINERAIS. PRODUTO VEGANO. NÃO TESTADO EM ANIMAIS.CONTEÚDO:100ML. COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNI	10	R\$ 19,30	R\$ 193,00
25	PASTA DENTAL EM GEL INFANTIL SABOR MORANGO 50G , COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:PASTA DENTAL; EM GEL; USO INFANTIL, BAIXA ABRASIVIDADE; PESANDO 50 G; SABOR MORANGO; COMPOSTO DE FLUOR (DE 1.000 A 1.100 PPM), LAURIL SULFATO DE SODIO, SACARINA SODICA, SORBITOL; POLIETILENOGLICOL, SILICA, FLUORETO DE SODIO, COMPOSICAO AROMATICA, CORANTES E AGUA; CARBOXIMETILCELULOSE, EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO PLASTIFICADA; VALIDADE MINIMA DE 12 MESES A CONTAR DA ENTREGA;	UNI	200	R\$ 4,29	R\$ 858,00
26	PASTA DENTAL USO ADULTO EM TUBO DE 90GR	UNI	200	R\$ 4,46	R\$ 892,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:PASTA DENTAL; EM CREME; USO ADULTO; PESANDO 90 GR; COMPOSTO DE SORBITOL, CARBONATO DE CALCIO,CARBOXIMETILCELOULOSE, LAURIL SULFATO DE SODIO; SACARINA SÓDICA, PIROFOSFATO TETRASSÓDICO, SILICATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA; CARBOXIMETILCELOULOSE, FORMALDEIDO, METILPARABENO, PROPILPARABENO, AGUA.CONTEM MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO.; EMBALADO EM CAIXA DE PAPEL CARTAO PLASTIFICADA; DE ACORDO COM A LEGISLACAO VIGENTE, AOS PROCEDIMENTOS ADM. DETERMINADOS PELA ANVISA; DENTRO DA VALIDADE.				
27	PENTE DE PLÁSTICO COM DENTES LARGOS, MÍNIMO DE 15 CM COM CABO DENTES LARGOS, DIMENSÕES DO PRODUTO 17 X 4 X 0,5 CM; 14 G	UNI	30	R\$ 6,40	R\$ 192,00
28	PENTE FINO PARA PIOLHOS E LÊNDEAS PENTE DE PLÁSTICO	UNI	10	R\$ 5,75	R\$ 57,50
29	PENTE PLÁSTICO DENTES FINOS MEDINDO NO MÍNIMO 210 MM, DIMENSÕES DA EMBALAGEM: 22 X 7 X 0,4 CM; 20 G	UNI	30	R\$ 11,61	R\$ 348,30
30	POMADA PARA ASSADURA INFANTIL PESO LÍQUIDO 45 GRAMAS; COMPOSIÇÃO: PALMITATO DE RETINOL 1000 UI COLECALCIFEROL 900 UI/G, ÓXIDO DE ZINCO 150 MG/G, EXCIPIENTE 1.0 GRAMAS, ACONDICIONADO EM TUBOS COM NO MÍNIMO 45 GRAMAS, TENDO EM SUA EMBALAGEM DATA DE FABRICAÇÃO, VENCIMENTO E COMPOSIÇÃO DO PRODUTO, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNI	100	R\$ 7,29	R\$ 729,00
31	POMADA PARA HEMATOMAS SULFATO DE NEOMICINA + BACITACINA 50GR, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNI	50	R\$ 10,87	R\$ 543,50
32	RODO DE ALUMÍNIO 120 CM, COM BORRACHA REMOVÍVEL; MEDINDO APROXIMADAMENTE 1 M E COM CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 120CM	UNI	30	R\$ 62,91	R\$ 1.887,30
33	SABONETE EM BARRA INFANTIL COMUM, (PH ENTRE 5.5 A 8.5) NA COR BRANCA; PARA HIGIENE CORPORAL; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. 80 GRAMAS, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA	UNI	50	R\$ 6,08	R\$ 304,00
34	SHAMPOO NEUTRO INFANTIL 200ML PH	UNI	100	R\$ 10,37	R\$ 1.037,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	BALANCEADO DESEMPARÇA DELICADAMENTE O CABELO DO BEBÊ NÃO ARDE OS OLHOS NÃO IRRITA A PELE DO BEBÊ SEM CORANTES E SEM PARABENOS TESTADO DERMATOLOGICAMENTE E OFTALMOLOGICAMENTE APROVADO POR PEDIATRAS COMPOSIÇÃO: ÁGUA; DEA COCAMIDA; SULFOSSUCCINATO DE PEG ÉTER DE ÁLCOOL LAURÍLICO DISSÓDICO; LAURILETERSULFATO DE SÓDIO; COCOAMIDOPROPILBETAÍNA; POLIQUATÉRNIO- 67; COCOIL GLUTAMATO DISSÓDICO; FENOXIETANOL; PIDOLATO DE SÓDIO; EDETATO DISSÓDICO; EXTRATO DE GOSSYPIMUM HERBACEUM; ETILEXILGLICERINA; TRIOLEATO DE PEG-120 METIL GLICOSE; EXTRATO DO FRUTO DE COCOS NUCIFERA; EXTRATO DE HYPNEA MUSCIFORMIS; EXTRATO DA RAIZ DE POLYMNIA SONCHIFOLIA; EXTRATO DE GELIDIELLA ACEROSA; ÁCIDO CÍTRICO; GLICEROL; GOMA XANTANA; CAPRILILGLICOL; SORBATO DE POTÁSSIO; BENZOATO DE SÓDIO; ÁCIDO SÓRBICO; PERFUME; LINALOL. *SEM ADIÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO. COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.				
35	ACENDEDOR TIPO FÓSFORO PACOTE COM 10 CAIXAS PRODUTO FABRICADO EM MATERIAL INFLAMÁVEL ADEQUADO, COM CABEÇA DE IGNIÇÃO DE ALTA SENSIBILIDADE, PROPORCIONANDO ACENDIMENTO RÁPIDO E SEGURO. CADA CAIXA CONTÉM FÓSFOROS COM HASTES RESISTENTES, BAIXO ÍNDICE DE QUEBRA E COMBUSTÃO UNIFORME. FORNECIMENTO EM PACOTE CONTENDO 10 (DEZ) CAIXAS, DEVIDAMENTE LACRADAS, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, LOTE E VALIDADE IMPRESSAS NA EMBALAGEM. PRODUTO NOVO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO.	PCT	300	R\$ 3,61	R\$ 1.083,00
36	ACENDEDOR TIPO MECÂNICO (ISQUEIRO) COM CORPO PLÁSTICO E PONTEIRA DE METAL; ACIONADO ATRAVÉS DE DISPOSITIVO DE ATRITO (FAÍSCA) EM CONTATO COM O GÁS; TAMANHO GRANDE.	UND	150	R\$ 7,12	R\$ 1.068,00
37	ÁGUA SANITÁRIA 1 LITRO SOLUÇÃO AQUOSA; ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA; TEOR DE CLORO ATIVO HIPOCLORITO DE SÓDIO E ÁGUA, COM TEOR DE CLORO ATIVO DE 2,0% A 2,5% P/P, PRODUTO A BASE DE CLORO; SEM AROMATIZANTE COM VALIDADE DE NO MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO; PRODUTO SUJEITO	UND	3.000	R\$ 3,63	R\$ 10.890,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.1 LITRO				
38	ÁLCOOL EM GEL 70% 500ML GEL ANTISSEPTICO PARA MÃOS COM HIDRATANTE GLICERINADO. MATA 99,9% DOS GERMES E BACTÉRIAS. SOLUÇÃO ANTISSEPTICA COM ÁLCOOL ETÍLICO 70° INPM, PROTEGE A PELE DEIXANDO-A HIGIENIZADA, NÃO DEIXA RESÍDUO. PRODUTO BIODEGRADÁVEL. APROVADO PELA ANVISA. RECIBO SAÍDA.500 ML	UND	300	R\$ 5,79	R\$ 1.737,00
39	ÁLCOOL ETÍLICO 70% 1L ANTISSEPTICO. MATA 99,9% DOS GERMES E BACTÉRIAS; SOLUÇÃO ANTISSEPTICA COM ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 70° INPM, PROTEGE A PELE DEIXANDO-A HIGIENIZADA, NÃO DEIXA RESÍDUO. PRODUTO BIODEGRADÁVEL. APROVADO PELA ANVISA.1 LITRO.	UND	600	R\$ 7,57	R\$ 4.542,00
40	AMACIANTE 5 LITROS PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DE DIESTEARIL DIMETIL AMÔNIA; COMPOSIÇÃO BÁSICA QUATERNÁRIO DE AMÔNIA; CORANTE E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS; TEOR DE NÃO VOLÁTEIS BÁSICO: 2,0% MÍNIMO; TEOR DE ATIVOS CATIÔNICO BÁSICO: 1,8% MÍNIMO; COMPOSIÇÃO AROMÁTICA FLORAL; ACONDICIONAMENTO EM FRASCO PLÁSTICO; VALIDADE 3 ANOS; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.PH:3,5 -4,5, VISCOSIDADE<800CP A 25°C, DENSIDADE:0,99 A 1,01G/CM³, IPÊ OU DE MELHOR QUALIDADE 5 LITROS	UND	150	R\$ 18,90	R\$ 2.835,00
41	AVENTAL DE PROTEÇÃO AVENTAL TREVIRA KP-400 BRANCO, MEDINDO 120X61 CM. CONFECCIONADO EM TREVIRA, MATERIAL MAIS RESISTENTE QUE O PVC. COM TIRAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE SENDO UMA NO PESCOÇO E DUAS NA CINTURA COM FIVELA PLÁSTICA, ACABAMENTO NAS LATERAIS POR SOLDA ELETRONICA, SEM MANGAS E SEM GOLA. O MATERIAL É DE SECAGEM RÁPIDA E PERMITE UMA HIGIENIZAÇÃO SIMPLES, MANTENDO UMA APARÊNCIA SEMPRE IMPECÁVEL.	UND	400	R\$ 33,94	R\$ 13.576,00
42	AVENTAL TÉRMICO AVENTAL TÉRMICO DE SEGURANÇA COZINHA INDUSTRIAL ANTI-CHAMAS, ALTA TEMPERATURA, IDEAL PARA PROTEÇÃO CONTRA QUEIMADURAS E	UND	40	R\$ 167,85	R\$ 6.714,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	RESPINGOS DE LÍQUIDOS QUENTES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 0,90M X 0,70M, PROTEÇÃO CONTRA: FOGO, VAPORES. CONFECCIONADO EM ALGODÃO COM TRATAMENTO TÉRMICO PARA RESISTIR ATÉ 250°C, CONTA TAMBÉM COM PROTEÇÃO ADICIONAL DE SILICONE QUE GARANTE A SUA IMPERMEABILIDADE. RIO VALLEY OU DE MELHOR QUALIDADE.				
43	BALDE 20 LITROS PARA USO DOMÉSTICO; DE POLIPROPILENO; COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS; ALÇA METÁLICA; CORES VARIADAS.	UND	50	R\$ 12,32	R\$ 616,00
44	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 40X60 PRODUZIDA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) "FOSCO"; MEDIDA:40X60CM; MICRA:0,03; PESO APROXIMADO POR BOBINA: 1 KG- 500 UNIDADES.	UND	40	R\$ 29,15	R\$ 1.166,00
45	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 50X70 BOBINA PLÁSTICA PICOTADA 50X70, PESANDO APROXIMADAMENTE 3,5 KG. PRODUZIDA EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) "FOSCO"; CAPACIDADE PARA 10KG.	UND	40	R\$ 65,76	R\$ 2.630,40
46	BORRIFADOR DE LIQUIDO 500ML COM VÁLVULA SPRAY ESTILO BORRIFADOR, DE PLÁSTICO.	UND	100	R\$ 7,26	R\$ 726,00
47	CERA LÍQUIDA PARA PISO; PRINCÍPIO ATIVO A BASE DE POLIMÉRICA INCOLOR COMPOSIÇÃO BÁSICA AGENTE DE POLIMENTO; FORMADORES DE FILME; COADJUVANTE, ALCALINIZANTE, PLASTIFICANTE, PRESERVASTE ESSÊNCIA E ANTIDERRAPANTE; TEOR NÃO VOLÁTEIS MÍNIMOS; NA COR INCOLOR; ACONDICIONADO FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 750 ML; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	UND	250	R\$ 5,33	R\$ 1.332,50
48	CERA LÍQUIDA PARA PISO PRINCÍPIO ATIVO SOLVENTE DE PETRÓLEO VERMELHA. COMPOSIÇÃO BÁSICA SILICONE; PARAFINE, FORMEI; CORANTE; CONSERVANTE; PERFUME E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS; TEOR NÃO VOLÁTEIS MÍNIMO 3% NA CATEGORIA PRONTO USO; NA COR VERMELHA; ACONDICIONADO FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 750 ML; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	UND	250	R\$ 5,35	R\$ 1.337,50
49	CLORIFICANTE GALÃO DE 5 LITROS COMPOSIÇÃO: POLICLORETO BÁSICO DE	UND	50	R\$ 60,22	R\$ 3.011,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	ALUMÍNIO 31 %, VEICULO. OBSERVAÇÃO: CRIS FLOC/ CRIS ÁGUA OU MELHOR 5 LITROS				
50	CORO GRANULADO 10 KG COMPOSIÇÃO: DICLORO ISOCIANURATO DE SÓDIO DI-HIDRATO: 65%; TEOR DE CLORO ATIVO: 40% .10 KG.	UND	30	R\$ 140,14	R\$ 4.204,20
51	COLHER MASTER BRANCO BIODEGRADÁVEL EXTRA FORTE PARA REFEIÇÕES, CHURRASCO, DESCARTÁVEL, PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	50	R\$ 16,21	R\$ 810,50
52	COLHER PLÁSTICA SOBREMESA CRISTAL DESCARTÁVEL, SOBREMESA PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	50	R\$ 2,86	R\$ 143,00
53	CONJUNTO DE 3 PEÇAS PARA PIA CONJUNTO PARA PIA COZINHA SABÃO DETERGENTE LIXEIRA 3PÇS O KIT PARA PIA CONTÉM 3 PEÇAS É CONFECCIONADO EM AÇO CROMADO E PLÁSTICO POLIPROPILENO, ACONDICIONANDO PERFEITAMENTE A LOUÇA. O PRODUTO É COMPOSTO POR LIXEIRA, PORTA DETERGENTES E PORTA SABÃO.	UND	30	R\$ 27,45	R\$ 823,50
54	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 180 ML POLIESTIRENO; ACONDICIONADO EM MANGAS, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA E MASSA DE CADA COPO PESANDO NO MÍNIMO 1,62 GRAMAS; DEVERÁ CONSTAR IMPRESSO NA MANGA A CAPACIDADE TOTAL DO COPO E A QUANTIDADE; OS COPOS DEVEM CONTER GRAVADOS DE FORMA INDELÉVEL: EM RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE; SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL PARA RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; OS COPOS DEVERÃO ESTAR EM CONFORMIDADE COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO.	PCT	5.000	R\$ 3,77	R\$ 18.850,00
55	COPO DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 50 ML POLIPROPILENO; ACONDICIONADO EM MANGAS, PACOTE COM 100 UNIDADES CADA E MASSA DE CADA COPO PESANDO NO MÍNIMO 0,75G; DEVERÁ CONSTAR IMPRESSO NA MANGA A CAPACIDADE TOTAL DO COPO E A QUANTIDADE; OS COPOS DEVEM CONTER GRAVADOS DE FORMA INDELÉVEL: EM RELEVO A MARCA OU IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE; SÍMBOLO DE IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL P/ RECICLAGEM CONFORME NBR 13230/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES; OS COPOS DEVERÃO ESTAR EM	PCT	1.000	R\$ 2,39	R\$ 2.390,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	CONFORMIDADE COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA INMETRO.				
56	COPO DESCARTÁVEL LISO 300ML DESCARTÁVEL. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	50	R\$ 12,15	R\$ 607,50
57	CUMBUCA DE ISOPOR 15CM DESCARTÁVEL, TÉRMICO, FEITO EM ISOPOR PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	250	R\$ 5,45	R\$ 1.362,50
58	DESINFETANTE 2 L CATEGORIA BÁSICA RESTRITA AO USO PURO; PRINCÍPIO ATIVO: CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO; COMPOSIÇÃO BÁSICA: NONILFENOL; POLIGLICOL; ESSÊNCIA, CORANTE, OPALESCENTE CONSERVANTE, AGUA E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS; COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: LAVANDA; VALIDADE DE 18 MESES; ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA, CONFORME ANVISA; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. 2 LITROS	UND	1.500	R\$ 3,92	R\$ 5.880,00
59	DESODORIZADOR AMBIENTAL; AEROSOL; LAVANDA FRASCO COM 360 ML/240G; ÁLCOOL ETÍLICO 39,2%, PERFUME, NITRITO DE SÓDIO, ÁGUA, PROPELENTE (PROPANO/BUTANO) E SEM CFCS; FRASCO DE ALUMÍNIO; REGISTRO E LAUDO ANALÍTICO DO FABRICANTE; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	UND	300	R\$ 9,40	R\$ 2.820,00
60	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO 500ML PRINCÍPIO ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TEOR MÍNIMO DE 6%; COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSÃO ATIVA: ANIÔNICOS, NÃO IÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESANTE, FRAGRÂNCIAS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS; VALOR DO PH ENTRE 6,0 E 8,0, SOLUÇÃO 1% P/P; COMPOSIÇÃO AROMÁTICA NEUTRA, INCOLOR, COM VALIDADE DE 3 ANOS; ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA, PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. 500 ML	UND	4.000	R\$ 2,58	R\$ 10.320,00
61	ESCOVA DE LAVAR ROUPAS OVAL FÓRMULA/COMPOSIÇÃO: ESCOVA PARA LIMPEZA GERAL MODELO OVAL, BASE DE MADEIRA MEDINDO 12 CM COM CERDAS EM NYLON SINTÉTICO; SEM ALÇA MADEIRA;	UND	30	R\$ 3,39	R\$ 101,70



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	CABO MEDINDO 27 CM NA COR AMARELA; MÍNIMO DE 15 CERDAS POR TUFOS.				
62	ESCOVA PARA LIMPEZA SANITÁRIA TIPO LAVA TINA (VASSOURINHA); BASE DE POLIPROPILENO; BASE COM DIÂMETRO DE 7 CM; CERDAS EM NYLON SINTÉTICO; SEM ALÇA; CABO EM POLIPROPILENO MEDINDO 28 CM; NA COR CINZA; MÍNIMO DE 15 CERDAS POR TUFOS, COM SUPORTE E ROSCA NA CÚPULA.	UND	50	R\$ 6	R\$ 300
63	ESPANADOR DE PENA COM CABO DE MADEIRA; MEDINDO 40 CM.	UND	30	R\$ 20,10	R\$ 603,00
64	ESPONJA LÃ DE AÇO CARBONO NÚMERO 01; EMBALAGENS PLÁSTICAS DE 60 GRAMAS; PACOTE COM 8 UNIDADES. FÓRMULA/COMPOSIÇÃO: ESPONJA PARA LIMPEZA, TIPO AÇO INOX DE LONGA DURAÇÃO MEDINDO APROXIMADAMENTE 65X25 CM (DIÂMETRO), PESO LÍQUIDO 10G TOLERÂNCIA DE +OU-5%; COM FORMATO REDONDA; 100% AÇO INOX; INCOLOR	PCT	420	R\$ 2,98	R\$ 1.251,60
65	ESPONJA PARA LIMPEZA TIPO DUPLA FACE; MEDINDO 110MM X 75MM X 20 MM; COM FORMATO RETANGULAR; POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA; NA COR VERDE/AMARELO (LIMPEZA PESADA).	UND	1.440	R\$ 1,60	R\$ 2.304,00
66	FACA MASTER BRANCO BIODEGRADÁVEL EXTRA FORTE PARA REFEIÇÕES, CHURRASCO, DESCARTÁVEL. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	80	R\$ 8,55	R\$ 684,00
67	FILTRO 103 DE PAPEL PARA CAFÉ IDEAL PARA SUPORTES; TAMANHO 103; CONTÉM 30 UNIDADES; DESCARTÁVEL	PCT	400	R\$ 3,48	R\$ 1.392,00
68	FLANELA 100% ALGODÃO MEDINDO 30X40 CM; PERCENTUAL VARIANDO DE 2X3 CM; NA COR LARANJA EMBALADO DE FORMA APROPRIADA.	UND	300	R\$ 3,18	R\$ 954,00
69	GARFINHO DESCARTÁVEL TRANSPARENTE PARA FESTAS - 50 UNIDADES DESCARTÁVEL, SOBREMESA.	PCT	60	R\$ 3,09	R\$ 185,40
70	GARFO MASTER BRANCO BIODEGRADÁVEL EXTRA FORTE PARA REFEIÇÕES, CHURRASCO, DESCARTÁVEL. PACOTE COM 50 UNIDADES.	PCT	80	R\$ 6,63	R\$ 530,40
71	GUARDANAPO DE PAPEL MEDINDO NO MÍNIMO (30 X 30) CM; EM FOLHA SIMPLES; TIPO GOFRADO; COR BRANCA; ALVURA SUPERIOR A 70%, CONFORME NORMA ISO; IMPUREZA MÁXIMA 15MM2/M2, CONFORME NORMA TAPPI T437 OM-90. PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	1000	R\$ 3,18	R\$ 3.180,00
72	LIMPA ALUMÍNIO 500 ML COMPOSIÇÃO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSOATIVO	UND	1.000	R\$ 2,12	R\$ 2.120,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	ANIÓNICO, SULFÔNICO CONSERVANTE, ABRASIVOS, CORANTES E VEÍCULO Q.S.P.; - ESTADO FÍSICO: LÍQUIDO; - COR: AZUL OU VERMELHA; - ODOR: CARACTERÍSTICO; - VISCOSIDADE: 0,20 – 0,50 SEG; - DENSIDADE: 0,9900-1,0100G/CM3; - SOLUBILIDADE EM ÁGUA (% EM PESO): SOLÚVEL; MARCA SUGERIDA TRIEX OU SUPERIOR. COM VALIDADE DE 2 ANOS; ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO; EMBALADO EM CAIXA DE PAPELÃO REFORÇADA; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. FRASCO DE 500ML				
73	LIMPA BORDA FRASCO 1 LITRO COMPOSIÇÃO: ACIDO SULFÔNICO LINEAR, NEUTRALIZANTE, ESPESSANTE, ANTIESPUMANTE CORANTE E VEÍCULO. OBSERVAÇÃO: CRIS ÁGUA OU MELHOR 1 LITRO	UND	30	R\$ 14,64	R\$ 439,20
74	LIMPADOR DE INOX 500 ML	UM	100	R\$ 4,22	R\$422,00
75	LIMPA PORCELANATO LIMPADOR PARA PISO EM PORCELANATO; 1L	UND	150	R\$19,45	R\$ 2.917,50
76	LIMPADOR MULTIUSO DOMÉSTICO LÍQUIDO; COMPOSTO DE DODECIL BENZENOS SULFONATO DE SÓDIO LINEAR; TENSO ATIVO ANIÓNICO BIODEGRADÁVEL; COM BICO PESCANTE E ORIFÍCIO DE SAÍDA; VALIDADE 3 ANOS; EMBALADO EM FRASCO PLÁSTICO; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. FRASCO 500 ML	UND	1.200	R\$ 3,06	R\$ 3.672,00
77	LIMPADOR PARA VIDROS VIDREX 500ML MANTÊM VIDROS, VITRINES, ESPELHOS, PARA-BRISAS E ACRÍLICOS LIMPOS E BRILHANTES.500 ML	UND	120	R\$ 7,92	R\$ 950,40
78	LIXEIRA DE BANHEIRO COM PEDAL INÓX 12 L LIXEIRA COM PEDAL TEM CAPACIDADE PARA 12 LITROS. PARA SUA MAIOR COMODIDADE POSSUI TAMPA; CESTO COM ALÇA REMOVÍVEL; PEDAL COM BASE EMBORRACHADA; MATERIAL: AÇO INOX; CAPACIDADE PARA 12 LITROS; MEDIDA: 25X39CM	UND	25	R\$ 179,67	R\$ 4.491,75
79	LIXEIRA DE BANHEIRO COM PEDAL PLÁSTICO 12 L LIXEIRA COM PEDAL TEM CAPACIDADE PARA 12 LITROS. PARA SUA MAIOR COMODIDADE POSSUI TAMPA. DESENVOLVIDO EM MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO DE EXCELENTE QUALIDADE,	UND	25	R\$ 22,95	R\$ 564,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	O PRODUTO TORNA-SE ALTAMENTE RESISTENTE E DURÁVEL.				
80	LIXEIRA DISPENSADORA DE COPOS DESCARTÁVEIS DUPLO ÁGUA CAFÉ LIXEIRA DUPLA COLETORA PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE ÁGUA E CAFÉ; TUBOS EM PVC; 69 CM DE ALTURA; ÁGUA: 8CM DE DIÂMETRO; CAPACIDADE 180 COPOS DE 200ML; CAFÉ: 5,5CM DE DIÂMETRO; CAPACIDADE 220 COPOS DE 50ML	UND	25	R\$ 45,91	R\$ 1.147,75
81	LIXEIRA PLASTICA COM PEDAL EM AÇO 100L CESTO PLÁSTICO REDONDO TIPO BALDE COM TAMPA SOBREPOSTA SÃO INJETADOS EM POLIPROPILENO (PP) COM PROTEÇÃO UV E A ARMAÇÃO É CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO.	UND	20	R\$ 188,51	R\$ 3.770,20
82	LUSTRA MÓVEIS COMPOSIÇÃO QUÍMICA: ESSÊNCIA, FORMALDEÍDO, CERA DE CARNAÚBA, ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO ETOXILADO, DOLEIRO CARBOXÍLICO, TRIETANOLAMINA DIMETICONA E ÁGUA. FRASCO 200 ML	UND	150	R\$ 3,39	R\$ 508,50
83	LUVA DE SEGURANÇA GRANDE EM BORRACHA NATURAL (LÁTEX), 0,70MM ESPESSURA, GRANDE, LUVA DE SEGURANÇA; EM BORRACHA NATURAL (LÁTEX) 0,70MM DE ESPESSURA; NO TAMANHO GRANDE; NA COR NATURAL (LEITOSA); PARA PROTEÇÃO DE USUÁRIO DE DETERGENTES, DERIVADOS DE PETRÓLEO, EMULSÕES AQUOSAS; CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 350 MM); COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA COM SISTEMA DE GARROTE AMENTO; DORSO NORMAL; PALMA ANTIDERRAPANTE; SEM FORRO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ATENDER A NORMA NBR 13393/95; DEVERÁ TER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. PARES.	PAR	150	R\$ 10,12	R\$ 1.518,00
84	LUVA DE SEGURANÇA MÉDIA EM BORRACHA NATURAL (LÁTEX) 0,70MM DE ESPESSURA; NO TAMANHO MÉDIO; NA COR NATURAL (LEITOSA); PARA PROTEÇÃO DE USUÁRIO DE DETERGENTES, DERIVADOS DE PETRÓLEO, EMULSÕES AQUOSAS; CANO LONGO (APROXIMADAMENTE 350 MM); COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA COM SISTEMA DE GARROTE AMENTO; DORSO NORMAL; PALMA ANTIDERRAPANTE; SEM FORRO; E SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ATENDER A NORMA NBR 13393/95; DEVERÁ TER CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO	PAR	150	R\$ 3,77	R\$ 565,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. PARES				
85	MARMITEX COM TAMPA DE ISOPOR 500 ML DESCARTÁVEL, TÉRMICO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	PCT	20	R\$ 29,51	R\$ 590,20
86	PÁ DE LIXO CABO LONGO CHAPA DE PLÁSTICO REFORÇADO; MEDINDO 19COMP. X 24 CM LARG; CABO DE MADEIRA; COM 70 CM	UND	100	R\$ 7,75	R\$ 775,00
87	PANO DE COPA E COZINHA COMPOSTO DE 100% ALGODÃO, FELPUDO, ABSORÇÃO ELEVADA; COM BAINHA; MEDINDO (L X C) (65 X 45) CM; (PODENDO VARIAR 2 CM PARA MAIS OU MENOS); NA COR BRANCA; ESTAMPADO; ACABAMENTO PERFEITO; ETIQUETA RESOLUÇÃO DO CONMETRO Nº2/2008 E SUAS DETERMINAÇÕES.	UND	150	R\$ 6,87	R\$ 1.030,50
88	PANO PANO DE LIMPEZA XADREZ GRANDE (40X75) CM, 100% ALGODÃO, COM VARIAÇÃO DE NO MÁXIMO 10% NAS DIMENSÕES; COM TODAS AS LATERAIS COSTURADAS, SENDO QUE AS ÁREAS PRÓXIMAS ÀS COSTURAS DEVERÃO FICAR LISAS; PANO DE CHÃO PERFEITO PARA UTILIZAR NAS LIMPEZAS DIÁRIAS DE SUA CASA E EM GERAL.	UM	700	R\$ 11,22	R\$ 7.854,00
89	PAPEL ALUMINIO 45CM X 7,5 METROS COM LARGURA DE 45 CM; MEDINDO COMPRIMENTO DE 7,5 M; NA EMBALAGEM DEVEM CONSTAR: CÓDIGO DE BARRAS, ORIGEM DO PRODUTO, DIMENSÕES; O PRODUTO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM ABNT 14761/2001 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.	UM	250	R\$ 6,55	R\$ 1.637,50
90	PAPEL FILME 28CM X 100 METROS COMPOSIÇÃO: PVC COMPRIMENTO:100METROS LARGURA: 28 CM ATÓXICO, INODORO, COM ALTO BRILHO; TRANSPARENTE; ISENTO DE FUROS, RASGOS OU PARTÍCULAS ESTRANHAS; EM ROLO, SEM SERRILHA; CONSTANDO NA EMBALAGEM DO PRODUTO A IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, LARGURA E COMPRIMENTO DO FILME, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE; TIPO DE PRODUTO, ORIENTAÇÃO PARA MANUSEIO, SÍMBOLO DE RECICLAGEM; O PRODUTO DEVE ESTAR EM CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 15043/2010 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.	PCT	250	R\$ 12,59	R\$ 3.147,50
91	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA CLASSE 01, FRAGRÂNCIA NEUTRA; NA COR BRANCA; ALVURA ISO MAIOR QUE 80%; ÍNDICE DE MACIEZ MENOR QUE 6 NM/G; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO PONDERADA IGUAL OU MAIOR QUE 90 N/M; QUANTIDADE DE FUROS MENOR QUE 100 MM2/M2; QUANTIDADE DE PINTAS	PCT	5.000	R\$ 5,64	R\$ 28.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	MENOR QUE 200 MM2/M2; TEMPO DE ABSORÇÃO DE ÁGUA MENOR QUE 6S; CONFORME NORMA ABNT NBR 15464-1 E 15134; CARACTERÍSTICAS COMPLEMENTARES: MATÉRIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL; COMPRIMENTO DO ROLO 30 M, COM TOLERÂNCIA DE 2%; COM LARGURA DE 10 CM, COM TOLERÂNCIA DE 2%; DIÂMETRO NO MÁXIMO 11,7 CM; LARGURA DO TUBETE 10 CM, COM TOLERÂNCIA DE 2%; DIÂMETRO INTERNO MAIOR QUE 4 CM; ACABAMENTO GORADO; PICOTADO; ROTULAGEM CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE MARCA, QUANTIDADE DE ROLOS; AROMA, METRAGEM DO PAPEL; NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ; E-MAIL, TELEFONE DO SAC; EMBALAGEM COM BOA VISIBILIDADE DO PRODUTO. PACOTES COM 4 ROLOS				
92	PAPEL TOALHA DE COZINHA PRODUTO EM PAPEL CELULÓSICO, SEM PERFUME E SEM CORANTE, COM 2 FOLHAS (DUPLA), ALTA ABSORÇÃO E RESISTÊNCIA. CADA FOLHA MEDE 20 X 22 CM. CADA ROLO CONTÉM 55 FOLHAS. EMBALAGEM COM 2 ROLOS. TEXTURA COM RELEVO (GOFRADA), PRÓPRIA PARA APOIO NA COZINHA E LIMPEZA GERAL.	UN	100	R\$ 7,62	R\$ 762,00
93	PORTA COPOS DISPENSER BOTÃO AUTOMÁTICO, SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL DE ÁGUA 180/200 ML DISPENSADOR DE COPOS DESCARTÁVEIS DE ÁGUA; POSSUI DESIGN CLEAN E ELEGANTE; SEU ABASTECIMENTO É FÁCIL E PRÁTICO; COMPATÍVEL COM COPOS DE 180 E 200 ML; PRÁTICO E HIGIÊNICO; CONSTITUÍDO EM PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA AO IMPACTO; FIXADO ATRAVÉS DE FITA DUPLA FACE QUE JÁ ACOMPANHA O PRODUTO; COR BRANCA; DIMENSÕES: 38,5 X 8,5CM.	UND	20	R\$ 47,55	R\$ 951,00
94	PORTA COPOS DISPENSER BOTÃO AUTOMÁTICO SUPORTE PARA COPO DESCARTÁVEL DE CAFÉ 50 ML COMPATÍVEL COM COPOS DE 50ML (COPO DE CAFÉ); DISPENSER COM TECLA PARA ACIONAMENTO POR PRESSÃO, LIBERA APENAS UM COPO POR CLIQUE COMPOSIÇÃO: BASE EM PP / TUBO EM PVC; DIMENSÕES: 6,5CM X 43CM CAPACIDADE: 100 COPOS	UND	20	R\$ 32,71	R\$ 654,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

95	PORTA DISPENSER SUPORTE DE PAPEL INTERFOLHA OU PAPEL TOALHA DISPENSER SUPORTE DE PAPEL INTERFOLHAS OU PAPEL TOALHA, FIXAÇÃO COM DUPLA FACE; DIMENSÕES: LARGURA: 24,5CM/ ALTURA: 14,7CM/ PROFUNDIDADE: 12CM.	UND	40	R\$ 28,24	R\$ 1.129,60
96	PRATO 21CM RASO DESCARTAVEL PARA REFEIÇÕES PCT C/10 UND PRATO DESCARTAVEL 21 CM	PCT	200	R\$ 2,84	R\$ 568,00
97	PRATO ISOPOR GRANDE 23CM PCT C/100 UNID PRATO ISOPOR GRANDE FORTE REFEIÇÃO 23 CM	PCT	60	R\$ 22,28	R\$ 1.336,80
98	PRATO P/ SOBREMESA DESCARTAVEL BRANCO PCT 10 UNI DESCARTÁVEL.	PCT	1.000	R\$ 1,47	R\$ 1.470,00
99	PRENDEDOR DE ROUPA EM MADEIRA; NO FORMATO RETANGULAR; MEDINDO 5 CM; ACONDICIONADO DE FORMA ADEQUADA COM 12 UNIDADES	PCT	50	R\$ 1,74	R\$ 87,00
100	QUEROSENE FRASCO 500ML ILUMINASTE PONTO MÍNIMO DE FULGOR 40 GRAUS; DE ACORDO COM REGULAMENTO TÉCNICO CNPLL/82, ACOMPANHA FISPQ NBR 14725; REGISTRO E LAUDO ANALÍTICO DO FABRICANTE; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA.	UND	70	R\$ 16,07	R\$ 1.124,90
101	RODO 40 CM COM CEPA DE POLIPROPILENO; CEPA MEDINDO 40 CM; BORRACHA: EM EVA; DUPLA; COM ESPESSURA 8,0MM (+/-0,05 MM); CABO DE MADEIRA REVESTIDO DE POLIPROPILENO; 120 CM, COM ROSCA EM POLIPROPILENO.	UND	120	R\$ 5,93	R\$ 711,60
102	RODO 60 CM COM CEPA DE POLIPROPILENO; CEPA MEDINDO 60 CM; BORRACHA: EVA; DUPLA; COM ESPESSURA 8,0MM (+/-0,05 MM); CABO DE MADEIRA REVESTIDO DE POLIPROPILENO; 120 CM, COM ROSCA EM POLIETILENO.	UND	120	R\$ 8,60	R\$ 1.032,00
103	SABÃO ALVEJANTE EM PÓ PACOTE COM MÍNIMO 800 GRAMAS; PARA REMOÇÃO DE MANCHAS EM TECIDOS; EM MÁQUINAS INDUSTRIAIS DE LAVANDERIA; COMPOSTO DE ALQUIL BENZENO, SULFONATO, TRIPOLIFOSFATO, SILICATO E CARBONATO DE SÓDIO, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA; ELIMINADOR BACTERICIDA DE GERMES, FUNGOS E VÍRUS; COM PIGMENTO AZUL 4,4'BIS (2 SULFOESTIRIL BIFENIL DISSODICO) ÁCIDO 4,4 DIAMINOESTILBENO 2,2' DISSULFONICO; NA COR AZUL, POLÍMEROS ACRÍLICO, ENZIMAS, PERFUME	UND	2000	R\$ 6,79	R\$ 13.580,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	E ÁGUA; ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE, CONTENDO 1KG; RÓTULO COM Nº DO LOTE, FÓRMULA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.				
104	SABÃO EM BARRA COMPOSIÇÃO BÁSICA SEBO BOVINO, ÓLEO DE BABAÇU, HIDRÓXIDO DE SÓDIO, GLICERINA; CORANTE BRANQUEADOR ÓPTICO, ÁGUA, CARGAS, SEQUESTRASTES; ESPECIFICAÇÕES: CORANTE; COMUM; NA COR AMARELA; EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE; REGISTRO E LAUDO ANALÍTICO DO FABRICANTE; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. PACOTE COM 5 UNIDADES	PCT	250	R\$ 10,73	R\$ 2.682,50
105	SABONETE LÍQUIDO COM PH NEUTRO PH NEUTRO ENTRE 6,0 E 7,0; HIGIENE DAS MÃOS; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA; AOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS. DETERMINADOS PELA ANVISA. 5 LITROS	UND	500	R\$ 12,96	R\$ 6.480,00
106	SABONETEIRA DE PAREDE SABONETE LÍQUIDO 500ML DISPENSADOR SABONETEIRA PARA SABONETE LÍQUIDO, POSSUI SISTEMA QUE ACEITA RESERVATÓRIO PARA ABASTECER, SEU MANUSEIO É PRÁTICO E FÁCIL DE SER INSTALADA, ABERTURA INTELIGENTE E SEGURA DISPENSA CHAVE RESISTÊNCIA ALTO IMPACTO PROCESSO DE PRODUÇÃO POR INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA	UND	30	R\$ 22,90	R\$ 687,00
107	SACO DE LIXO 100L COR BRANCO PACOTE COM 100 UNIDADES. DE POLIETILENO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS; MEDINDO 75X105 CM (L X A); BRANCO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTES COM 100 UNIDADES.	PCT	50	R\$ 46,90	R\$ 2.345,00
108	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 100L DE POLIETILENO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE 100 LITROS; MEDINDO 75X105 CM (L X A); PRETO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	800	R\$ 27,45	R\$ 21.960,00
109	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 15L PACOTE COM 10 UNIDADES. DE POLIETILENO; MEDINDO 40X35 CM (L X A); PRETO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTE COM 10 UNIDADES.	PCT	300	R\$ 13,26	R\$ 3.978,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

110	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 200L DE POLIETILENO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE 200 LITROS; MEDINDO APROXIMADAMENTE 90X120 CM (L X A), COM ESPESSURA NO MÍNIMO DE 12 MICRAS; PRETO; COM AUSÊNCIA DE FUROS/RASGOS; ROTULAGEM CONTENDO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E ESPECIFICAÇÕES. PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT	800	R\$ 9,90	R\$ 7.920,00
111	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 20L DE POLIETILENO, COM CAPACIDADE DE 20 LITROS; MEDINDO 39X58 CM (L X A); PRETO; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	400	R\$ 9,52	R\$ 3.808,00
112	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 30L DE POLIETILENO COM CAPACIDADE DE 30 LITROS; MEDINDO 59X62 CM (L X A); PRETO; SUPTANDO 6 KG; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	700	R\$ 4,53	R\$ 3.171,00
113	SACO DE LIXO PARA USO DOMÉSTICO 50L DE POLIETILENO REFORÇADO, COM CAPACIDADE DE 50 LITROS; MEDINDO 63X80 CM (L X A), PRETO; SUPTANDO 10 KG; SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A NBR 9191/2008 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. PACOTE COM 10 UNIDADES	PCT	700	R\$ 17,74	R\$ 12.418,00
114	SACO PLÁSTICO LEITOSO AD 22CM/17CM/3MM DESCARTÁVEL PARA CACHORRO QUENTE PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PCT	50	R\$ 37,75	R\$ 1.887,50
115	SACO PARA PIPOCA TAMANHO 3 25X18 DESCARTÁVEL PACOTE COM 500 UNIDADES	PCT	50	R\$ 17,5	R\$ 867,50
116	SACOLA PLÁSTICA BRANCA EM POLIETILENO; BRANCA; COM CAPACIDADE PARA SUPTAR NO MÍNIMO 7 KG; MEDINDO 38X48 CM; COM ALÇA PACOTE COM 1000 UNIDADES.	PCT	50	R\$ 42,74	R\$ 2.137,00
117	SAPONÁCEO CREMOSO PRINCÍPIO ATIVO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE SÓDIO BIODEGRADÁVEL; COMPOSIÇÃO BÁSICA TENSA, ATIVO ANIÔNICO E NÃO IÔNICO, E ESPESSANTE, ALCALINIZANTES; COMPOSIÇÃO BÁSICA: PRESERVANTES, FRAGRÂNCIA, PIGMENTOS (EXCETO P/ VERSÃO ORIGINAL) E VEÍCULOS; PIGMENTOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS; COMPOSIÇÃO AROMÁTICA: LIMÃO; ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO; PRODUTO SUJEITO A VERIFICAÇÃO NO ATO DA ENTREGA, AOS PROCEDIMENTOS	UND	200	R\$ 4,98	R\$ 996,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

	ADMINISTRATIVOS DETERMINADOS PELA ANVISA. FRASCOS 300 ML				
118	TAPETE TEAR 100% ALGODÃO TAPETE TEAR 100% ALGODÃO 80 CM X 45 CM.	UND	100	R\$ 35,95	R\$ 3.595,00
119	TOALHA DE MÃO TECIDO COMPOSIÇÃO DO TECIDO: 100% ALGODÃO; FELPA DUPLA: 0,25 QRS; PRÉ-LAVADO; PRÉ-ENCOLHIDO; MEDINDO 30X50 CM; NA COR BRANCA; LISA; SEM LOGO; APLICAÇÃO DE OVERLOQUE NAS COSTURAS; COM BARRADO DE ÉTAMINE PARA BORDADO E PINTURA; ETIQUETA DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DA CONMETRO Nº02 DE 06/05/2008.	UND	75	R\$ 9,45	R\$ 708,75
120	TOALHA DE PAPEL DUPLO INTERFOLHAS INSTITUCIONAL CLASSE 02; QUANTIDADE DE DOBRAS 02; NA COR BRANCA; ALVURA ÍSO MENOR QUE 85%; ÍNDICE DE MACIEZ MAIOR QUE 8,0 NM/G; QUANTIDADE DE PINTAS MAIOR QUE 5MM2/M2; TEMPO DE ABSORÇÃO DE ÁGUA MAIOR QUE 4,0S; CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE ÁGUA MENOR QUE 7,0 G/G; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO A ÚMIDO MENOR QUE 70 N/ M; CONFORME NORMA DA ABNT NBR 15464-8 E 15134; CARACTERÍSTICA COMPLEMENTARES: MATÉRIA PRIMA 100% FIBRA VEGETAL; DIMENSÃO DA FOLHA 21,0X24,5 CM; LISO; ROTULAGEM CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO DA CLASSE, MARCA, QUANTIDADE DE FOLHAS, METRAGEM DA FOLHA; NOME DO FABRICANTE E FANTASIA, CNPJ; E-MAIL; TELEFONE DO SAC.PACOTE COM 1000 FOLHAS	PCT	1.500	R\$ 9,44	R\$ 14.160,00
121	TOUCA PARA PROTEÇÃO CAPILAR DO TIPO SANFONADA DESCARTÁVEIS PESSOAIS PARA USO EM COZINHA; PACOTES COM 100 UNIDADES; CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO, TNT; COM ELÁSTICO SIMPLES; NA COR BRANCA; TAMANHO ÚNICO	PCT	100	R\$ 12,40	R\$ 1.240,00
122	VASSOURA DOMESTICA FIO DE NYLON VASSOURA DE NYLON COM CABO DE MADEIRA CABO PLASTIFICADO TIPO DE CABO: MADEIRA TAMANHO DA BASE: 30CM TAMANHO DO CABO: 1,20M	UND	100	R\$ 10,48	R\$ 1.048,00
123	VASSOURA PIAÇAVA VASSOURA DE PIAÇAVA Nº 03; CONFECCIONADA COM PIAÇAVA NATURAL DE BOA QUALIDADE; TACO E CUNHA DE MADEIRA, LATA, PREGO E ARAME; POSSUI ROSCA PARA CABO DE 23MM (CABO COMUM); INDICADA PARA LIMPEZA DE ÁREAS EXTERNAS E INTERNAS EM PISOS LISOS, ÁSPEROS OU RÚSTICOS.	UND	150	R\$ 15,94	R\$ 2.391,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

124	VASSOURA TIPO CAPIRA PROPRIEDADES MÍNIMAS: CEPA EM PALHA; COM CERDAS DE PALHA; TIPO 5 FIOS E AMARRAÇÃO COM ARAME; CABO DE MADEIRA MEDINDO 120 CM.	UN	60	R\$ 30,95	R\$ 1.857,00
125	POTE DESCARTAVEL 500 ML POTE RETANGULAR COM TAMPA 500 ML PACOTE COM 24 UNIDADES LARGURA:12,03 CM ALTURA; 5,21 CM COMPROMENTO: 16,42 CM	PCT	40	R\$ 22,39	R\$ 895,60
126	PANO MULTIUSO 1 ROLO PANO MULTIUSO 1 ROLO CONTENTO 600 UNIDADES PANOS DE 28 CM X 40CM COMPOSIÇÃO 50% VISCOSE E 50% POLIÉSTER, COR AZUL.	RL	40	R\$ 60,54	R\$ 2.421,60
127	LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM.P PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM. P – CAIXA COM 100 UNIDADES, ALTA RESISTÊNCIA E CONFORTO, IDEAL PARA SEGUIMENTO NA MANIPULÇÃO DE ALIMENTOS.	CX	20	R\$ 15,70	R\$ 314,00
128	LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM.M PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM. M – CAIXA COM 100 UNIDADES, ALTA RESISTÊNCIA E CONFORTO, IDEAL PARA SEGUIMENTO NA MANIPULÇÃO DE ALIMENTOS.	CX	20	R\$ 14,87	R\$ 297,40
129	LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM.G PARA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS LUVA VINIFLEX VABENE TRANSLUCIDA SEM PÓ TAM. G – CAIXA COM 100 UNIDADES, ALTA RESISTÊNCIA E CONFORTO, IDEAL PARA SEGUIMENTO NA MANIPULÇÃO DE ALIMENTOS.	CX	20	R\$14,63	R\$ 292,60
130	SANITIZANTE/DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS 5 LITROS. SANITIZANTE LIQUIDO, SEM FRAGRÂNCIA, ESPECIALMENTE FORMULADO PARA HORTIFRUTÍCOLAS, IDEAL PARA GARANTIR A SEGURANÇA E A QUALIDADE DOS ALIMENTOS. COM UM RENDIMENTO EXCEPCIONAL DE ATÉ 5000 LITROS, SUA COMPOSIÇÃO PROMOVE UMA LIMPEZA EFICAZ, ELIMINANDO IMPUREZAS E MICRORGANISMOS INDESEJADOS COM FACILIDADE.	UND	100	R\$ 63,38	R\$ 6.338,00

VALOR GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO DO CERTAME: R\$354.273,10 (trezentos e cinquenta e quatro reais e duzentos e setenta e três reais e dez centavos).



4. SOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza contínua e da imprevisibilidade das demandas ao longo do exercício, o que inviabiliza a definição prévia de quantitativos fixos, permitindo à Administração realizar contratações conforme sua necessidade, observados os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

5.1. As entregas deverão ser realizadas no Almoxarifado Central, localizado na Rua Dozito Malvar Ribas, nº 5000, Centro, Itirapuã/SP – CEP 14420-000, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00 às 16h00.

5.2. O prazo para entrega dos produtos será de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento.

5.3. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, íntegras e lacradas, contendo identificação clara da marca, fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e quantidade, observadas as normas sanitárias aplicáveis.

5.4. A Nota Fiscal deverá conter a descrição completa e detalhada dos produtos fornecidos, em total conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

5.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados.

5.6. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de Nota de Empenho e/ou Ordem de Fornecimento pelo setor competente.

5.7. A Contratada deverá consignar na Nota Fiscal a data efetiva da entrega, bem como a identificação do servidor responsável pelo recebimento dos produtos.

5.8. Caberá à Contratada, além da entrega no local designado, a descarga, o transporte interno e a adequada acomodação dos produtos no local indicado por servidor responsável, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes dessas operações.

5.9. Os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas serão recusados, total ou parcialmente, devendo a Contratada providenciar sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.10. Na hipótese de não conformidade do objeto, será lavrado termo circunstanciado, que será encaminhado à autoridade competente para as providências cabíveis, inclusive eventual aplicação de penalidades.

5.11. Os itens recusados deverão ser retirados pela Contratada no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da notificação, devendo a reposição ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

5.12. A Administração terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para realizar a conferência dos produtos entregues, emitindo o termo de recebimento definitivo ou notificando a Contratada para regularização.

5.13. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos, permanecendo obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto que apresentar vícios, defeitos ou desconformidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

5.14. Fica dispensada a apresentação de amostras ou protótipos, considerando a padronização dos itens e a possibilidade de verificação objetiva das especificações no momento do recebimento.

5.15. O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente e no instrumento convocatório.

5.16. Obrigações da vencedora:

- a) Os produtos de limpeza deverão atender todas as normas técnicas em vigor, em especial aquelas determinadas pela ANVISA, se for o caso;
- b) Os produtos saneantes deverão possuir no rótulo, todas as informações sobre o produto. Todos os rótulos devem conter: o nome do fabricante ou importador, com endereço completo, telefone e também o nome do técnico responsável pelo produto; a frase “Produto notificado na Anvisa/MS” ou número do registro no Ministério da Saúde; a frase “Antes de usar leia as instruções do rótulo”, para que você saiba como usá-lo; avisos sobre os perigos e informações de primeiros socorros; o número de telefone do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC); O rótulo não pode estar rasgado, descolado da embalagem, manchado ou com letras que não deem para ler.
- c) A vencedora da licitação, para os produtos domissanitários, deverá apresentar os seguintes documentos como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços:
 - Registro, notificação ou isenção dos produtos na ANVISA, conforme o caso; e
 - Autorização de Funcionamento Especial – AFE da licitante na ANVISA;
 - Licença de Funcionamento das empresas distribuidoras ou atacadistas, dispensando-se as varejistas e/ou demais empresas que não se encontrem sujeitas a tal demanda pela legislação local.

6. GARANTIA DOS PRODUTOS

6.1. A Contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecida em legislação própria, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior.

6.2. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos produtos.

6.3. As hipóteses de exclusão da garantia são as seguintes:

6.3.1. Os danos provocados por imperícia ou negligência dos usuários;

6.3.2. Rompimento indevido do lacre dos produtos.

6.3.3. A movimentação dos produtos entre unidades da Contratante efetuado com recursos próprios NÃO exclui a garantia, desde que este não cause danos ao produto.

6.4. É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

6.5. Aplicam-se subsidiariamente ao Contrato Administrativo as cláusulas estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor - CDC, Lei nº 8.070 de 11 de setembro de 1990.

6.6. A Contratada será responsável por efetuar a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia, e sem ônus para a Contratante, a substituição dos produtos objetos deste Termo de Referência, quando eles apresentarem defeitos de fábrica ou divergência em relação às especificações exigidas.

6.7. A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da comunicação realizada pela Contratante.

6.8. Na ocorrência de defeitos que inviabilizem a utilização total ou parcial dos produtos, durante o período de garantia, a Contratada será notificada pelo fiscal do contrato para solução dos problemas



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

apresentados.

6.9. A retirada e a devolução dos produtos serão no indicado pelo setor requisitante e será providenciada pela Contratada, mediante notificação formalizada pelo fiscal do contrato.

6.10. A correspondência eletrônica (e-mail) também será considerada instrumento para cumprimento das ocorrências.

6.11. Os produtos deverão ser selecionados e apresentar boa qualidade na data da entrega, o que deverá ser informado na proposta de preços.

6.12. Os produtos deverão ser embalados de forma correta a fim de não perder a qualidade no decorrer o tempo.

7. DOCUMENTAÇÃO

7.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme exigência da Lei 14.133/21.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Efetuar a entrega dos produtos de limpeza e higienização em perfeitas condições de uso e conservação, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita conformidade com as especificações do Edital, deste Termo de Referência e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal, contendo detalhadamente as informações de marca, fabricante, modelo, tipo, procedência, lote, data de fabricação, prazo de validade e, quando aplicável, registro ou notificação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

8.2. Garantir que os produtos atendam às normas sanitárias e técnicas aplicáveis, especialmente quanto à segurança, eficácia e qualidade, sendo adequados ao uso institucional a que se destinam.

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, nos termos dos arts. 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor.

8.4. Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os produtos que apresentarem avarias, defeitos, prazo de validade inadequado, desconformidade com as especificações ou que estejam impróprios para uso, às suas expensas.

8.5. Atender prontamente às solicitações da Administração, prestando esclarecimentos e adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas.

8.6. Manter, durante toda a vigência da ata/contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.7. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transporte, armazenamento adequado e demais custos necessários ao fornecimento.

8.8. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo Contratante.

8.9. Observar as boas práticas de armazenamento, transporte e manuseio de produtos de limpeza, garantindo a integridade, a segurança e a manutenção das características originais dos produtos até a entrega.



9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. Receber provisoriamente os produtos e verificar, no prazo fixado, a conformidade com as especificações constantes do Edital, deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades, imperfeições ou desconformidades verificadas, para que sejam sanadas no prazo estabelecido.
- 9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto por meio de servidor ou comissão especialmente designada, registrando as ocorrências e adotando as providências cabíveis.
- 9.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas.
- 9.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições estabelecidas no instrumento contratual, após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal.
- 9.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros por seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1. Ficam designados o(a) Sr.(a) Letícia Santos do Carmo, Responsável pelo Almoxarifado Central, como gestor(a) da Ata de Registro de Preços, e o(a) Sr.(a) Deusa Valéria de Oliveira Peixoto, da Secretaria de Educação, como fiscal da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. Compete ao gestor e ao fiscal da ata o acompanhamento, a fiscalização e o controle da execução, devendo registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e adotar as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas.
- 10.3. O recebimento do objeto, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, dar-se-á da seguinte forma:
- 10.3.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 10.3.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e da quantidade do objeto e consequente aceitação.
- 10.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da execução inadequada ou em desacordo com o contratado.
- 10.5. Os bens ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 10.6. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente acondicionados, em conformidade com as especificações técnicas exigidas, apresentando adequado estado de conservação e funcionamento.



11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será realizado até efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais, com a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo representante da contratante, que providenciará a autorização do responsável pelo pagamento.

11.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e indenização pelos danos decorrentes.

11.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital para a Contratada.

11.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

11.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

11.8. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

11.9. O pagamento somente será efetuado depois de satisfeitas todas as condições de entrega e recebimento previstas neste Edital e seus Anexos.

11.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá atender às exigências dos Órgãos de Fiscalização, inclusive quanto ao prazo da autorização para sua emissão.

11.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá indicar o número da nota de empenho e/ou do contrato, os números dos lotes/itens, as quantidades por lote/item, suas fabricações, validades, nome e endereço do local de entrega e dados bancários da DETENTORA DA ATA.

11.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.13. A respectiva nota fiscal/fatura deverá estar devidamente discriminada, em nome da Prefeitura do Município de Itirapua, CNPJ n.º 45.317.955/0001-05;

11.14. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento (que são os mesmos documentos exigidos na licitação) por parte da PREFEITURA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da DETENTORA DA ATA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

11.15. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

12. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO(S) FORNECEDOR(ES)

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos da lei orçamentária anual a ser executada no exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

02.01.04 – Departamento de Assistência Social

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 019

Recurso Próprio

02.01.01 – Gabinete do Prefeito

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 004

Recurso Próprio

02.03.01 – Ensino Pré Escolar

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 57

Recurso Próprio

02.03.02 – Ensino Fundamental

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 77

Recurso Próprio

02.03.03 – Ensino Fundamental Convênios

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 085

Recurso Federal

02.05.02 – Serviços Urbanos

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 104

Recurso Federal

02.05.04 – Limpeza Pública

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 124

Recurso Próprio

02.06.01 – Fundo Municipal de Saúde Próprios

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 133



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

Recurso Próprio

02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde PAB Fixo Federal

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 142

Recurso Federal

Itirapuã/SP, 08 de maio de 2026.

Letícia Santos do Carmo
Responsável do Almoxarifado Central

Deusa Valéria de Oliveira Peixoto
Secretária de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 015/2026

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

DADOS DO PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

Item	Descrição	Quantidade	Und	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	(...)				
02					

VALOR GLOBAL: R\$(.....)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Prazo de entrega: conforme edital e Ordem de Serviços

Prazo para pagamento: conforme edital.

Todos os custos decorrentes da entrega correm por conta da contratada.

DADOS BANCÁRIOS DE ACORDO COM CNPJ DA EMPRESA:

BANCO N.º

N.º DA AGÊNCIA

N.º DA CONTA CORRENTE:

NOME DO RESPONSÁVEL PARA ASSINAR CONTRATO/CARGO: CPF:

E-mail institucional:

E-mail pessoal:

Data de Nascimento:

Endereço:

Telefone:

Declaramos nossa inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações e às cláusulas e condições do respectivo Edital que trata a presente proposta; que observaremos, integralmente e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Atenciosamente,

(Assinatura do representante legal da licitante e seu carimbo de, C.N.P.J. **obrigatório**)

Observação: A licitante arrematante terá o prazo de 2 (duas) horas a partir do encerramentoda etapa de lances para apresentar proposta de preços detalhada conforme Anexo II - Modelo de Proposta.



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Eu,(nome)....., representante legal da
firma....., interessada em participar do Processo Licitatório na modalidade
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 15/2026, da Prefeitura Municipal de Itirapuã/SP, **DECLARO**, SOB
AS PENAS DA LEI que a empresa acima descrita cumpre plenamente todos os requisitos de
habilitação para o presente Pregão.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENORES DE 18 ANOS.

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 15/2026, junto ao Município de Itirapuã, que a empresa inscrita no CNPJ sob n.º....., se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, com alteração introduzida pela Emenda Constitucional n.º 20/98 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos), ciente da obrigatoriedade de comunicar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura
Nome do Representante Legal



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 015/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, nome completo, nacionalidade, estado civil, (Proprietário ou Representante), portador da carteira de identidade n.º, inscrito no CPF n.º, **DECLARO**, sob as penas da lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos anexados são autênticos e condizem com o documento original.

Por ser verdade firmo o presente instrumento.

Local, mês, 2026.

Nome



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME/EPP

DECLARAÇÃO

Declaramos sob as penas da Lei, e para fins de participação no Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 15/2026, junto ao Município de Itirapuã, que a empresa inscrita no CNPJ sob n.º, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declaramos, ainda, que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Local e data:

Assinatura

Nome do Representante Legal



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO - CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL E DA NÃO
OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

A empresa inscrita no CNPJ/MF sob n.º....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG n.º..... e do CPF n.º....., DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

....., de de 2026.

.....
(representante legal)



ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º. /2026

A Prefeitura Municipal de Itirapuã, com sede na Rua, n.º, inscrita no CNPJ sob o n.º, doravante denominada Contratante, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr., portador do RG n.º, inscrito no CPF n.º, e a empresa, com sede na Rua, n.º, na cidade de, Estado de, inscrita no CNPJ sob o n.º, doravante denominado Contratada, representada neste ato por, portador do RG n.º, inscrito no CPF n.º, firmam a presente Ata de Registro de preços, cuja celebração foi autorizada nos autos do processo administrativo concernente à licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 15/2026. As partes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o presente instrumento em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, doravante denominada Lei, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO**, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quantidade	Und	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	(...)				
(...)					

Valor Total Registrado:

2.3 ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

2.3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Itirapuã.

2.3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes à esfera de governo do município de Itirapua que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no § 2º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.5. As contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos § 3º e § 4º do art. 86.

3.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados a partir da última data da assinatura digital dos responsáveis na Ata de Registro ou no Termo de Ciência e de Notificação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

4.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

4.5. O instrumento contratual de que trata o item 4.2 (prorrogação), deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



4.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

4.7. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original

4.7.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

4.7.2. O registro a que se refere o item 4.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

4.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.10. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.11. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.2. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 meses a contar da proposta.



6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.3. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.4. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.

6.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.6. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



6.8. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 6.4 desta Ata; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:

8.1.1. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º da Lei nº 14.133/2021);

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º da Lei nº 14.133/2021);

8.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º da Lei nº 14.133/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

8.1.4. Multa:

8.1.4.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

8.1.4.2. Compensatória de 30% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.

8.2. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

8.3. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.3.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

8.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

8.7. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.8. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

8.9. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. DAS QUANTIDADES, DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como prazos e locais para prestação dos serviços, recebimentos, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e, demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência constante no Anexo I do edital.

9.1.2. Os recebimentos provisório e definitivo dos serviços serão conforme disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no edital ou no Termo de Referência constante no Anexo I do edital.

10. DOS PAGAMENTOS

10.1. De acordo com o objeto deste certame, a empresa vencedora, após cada prestação de serviços, apresentará à Prefeitura de Itirapuã, a nota fiscal eletrônica (Protocolo ICMS 42 de 03.07.2009), se for o caso, sempre acompanhada com o recibo de recebimento referente a cada item entregue.

10.2. A obrigação da administração e do fornecedor registrado referente às condições de pagamentos e demais ajustes, encontram-se definidos no Termo de Referência constante no Anexo I do edital.

10.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

10.4. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos recursos da lei orçamentária anual a ser executada no exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária:

02.01.04 – Departamento de Assistência Social

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 019

Recurso Próprio

02.01.01 – Gabinete do Prefeito

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 004

Recurso Próprio

02.03.01 – Ensino Pré Escolar

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 57

Recurso Próprio

02.03.02 – Ensino Fundamental

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 77

Recurso Próprio

02.03.03 – Ensino Fundamental Convênios



3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 085

Recurso Federal

02.05.02 – Serviços Urbanos

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 104

Recurso Federal

02.05.04 – Limpeza Pública

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 124

Recurso Próprio

02.06.01 – Fundo Municipal de Saúde Próprios

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 133

Recurso Próprio

02.06.02 – Fundo Municipal de Saúde PAB Fixo Federal

3.3.90.30 – Material de Consumo

Ficha 142

Recurso Federal

11. DA ANTICORRUPÇÃO

11.1. As partes comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

- a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) – Decreto n.º 3.678/2000;
- b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) – Decreto n.º 4.410/2002;
- c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) – Decreto n.º 5.678/2006.

11.2. A detentora declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013.

11.3. A detentora se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei n.º 12.846/2013.

11.4. A detentora, no desempenho das atividades objeto deste instrumento, compromete-se perante ao Município a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei n.º 12.846/2013 do art. 5º. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da detentora, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

- a) Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa - PAR, nos termos do Decreto n.º 8.420/2015, com aplicação das sanções administrativas cabíveis;
- b) Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei n.º 12.846/2013.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

11.5. A detentora obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.

12. DA PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

12.1. As partes se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente Contrato, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

12.2. O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses constantes no art. 7º da Lei nº 13.709/2018: mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; para cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e nas demais condições constantes do artigo 7º da referida lei.

13. DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA

13.1. O presente instrumento não poderá ser objetivo de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Ficam designados o(a) Sr.(a) Letícia Santos do Carmo, Responsável pelo Almoxarifado Central, como gestor(a) da Ata de Registro de Preços, e o(a) Sr.(a) Deusa Valéria de Oliveira Peixoto, da Secretaria de Educação, como fiscal da Ata de Registro de Preços.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.245/24, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

14.3. Fica eleito o foro da Comarca de Patrocínio Paulista – SP, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Itirapua – SP, xxx de xxxx de 2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITIRAPUÃ
Gerson Luiz Alves
Prefeito
PREFEITURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

EMPRESA
CNPJ sob o nº...
DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHA

1) _____
RG
CPF

2) _____
RG
CPF



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 015/2026

ANEXO IX

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO N.º (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ N.º OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

CPF: _____

Assinatura: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



PROCESSO N.º 18/2026
EDITAL N.º 015/2026
PREGÃO ELETRONICO N.º 015/2026

ANEXO X

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Pregão nº 15/2026

CONTRATANTE: XXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ:
CONTRATO N.º XXXXXXXX

As PARTES se comprometem a tratar os dados pessoais envolvidos na confecção e necessários à execução do presente INSTRUMENTO, única e exclusivamente para cumprir com a finalidade a que se destinam e em respeito a toda a legislação e normas técnicas aplicáveis sobre segurança da informação e proteção de dados, inclusive, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal n.º 13.709/2018), sob pena de incidência de multa por descumprimento contratual, para a qual se estipula o valor de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de perdas e danos.

As PARTES se obrigam diante do presente instrumento, que os direitos dos titulares estarão garantidos e resguardados quanto:

- I – a confirmação da existência do tratamento;
- II – o acesso aos dados pessoais tratados;
- III – a correção dos dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV – a anonimização, o bloqueio ou a eliminação dos dados pessoais;
- V – a portabilidade dos dados pessoais;
- VI – a informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais foi realizada o compartilhamento de dados;
- VII – informar as consequências da revogação do consentimento;
- VIII – a informação quanto aos fatores que levaram a uma decisão automatizada.

As PARTES também se comprometem a proporcionar o pronto atendimento das requisições realizadas por titulares de dados, providenciando, de forma imediata, ou no máximo em 24 (vinte e quatro) horas, justificando os motivos da demora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIRAPUÃ/SP
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
C.N.P.J MF 45.317.955/0001-05
licitacao@itirapua.sp.gov.br

E, por assim estar justo e contratado, as PARTES assinam o presente Termo em 02 (duas) vias do mesmo teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, constituindo ato jurídico perfeito e representando o livre exercício da vontade das partes.

xxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxx de 2026.

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratante

xxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada